

Lucena quer Orçamento pronto hoje

O presidente do Senado e do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena (PMDB-PB), resolveu ontem acabar com a novela do Orçamento Geral da União de 1989 e deu prazo até hoje à noite para a Comissão Mista de Orçamento apresentar sua emenda substitutiva às propostas do Executivo. Com o apoio do presidente do PMDB e da Câmara, Ulysses Guimarães, o aviso de Lucena aumentou o reboliço na Comissão Mista de Orçamento e o seu presidente, deputado Cid Carvalho, preocupado, anunciava trabalho quase que ininterrupto para entregar o parecer da comissão, no máximo, amanhã de manhã.

Lucena e Ulysses comunicaram a Cid Carvalho que não haverá prorrogação do prazo, já esgotado, para a conclusão dos trabalhos da Comissão Mista de Orçamento. Se o parecer da comissão não estiver pronto no início dos trabalhos de amanhã, Lucena pretende avocar para o plenário do Congresso a apreciação do Orçamento da União e ignorar o trabalho rea-

lizado. "Para não desmoralizar o Congresso, o senador Lucena deve optar por jogar a Comissão Mista de Orçamento "para o espaço" — disse o deputado João Agripino, também do PMDB (PB).

Peneirada

A decisão de Lucena e Ulysses deu resultado. Para não frustrar o trabalho realizado, a Comissão Mista de Orçamento acelerou e abreviou a votação dos 1.140 pedidos de destaque à emenda substitutiva do relator da comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA). Cid Carvalho formou uma outra comissão de dez parlamentares para dar duas peneiradas nos destaques, enquanto o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, procurava auxiliar os deputados Genebaldo Correia e Délio Brás a obter solução negociada para a rolagem das dívidas dos Estados e Municípios.

O deputado César Maia (PDT-RJ), vice-presidente da Comissão Mista de Orçamento, também alertou que os governadores precisam ceder para que o Governo federal não leve a questão da rolagem das

dívidas estaduais e municipais ao impasse. "Se os governadores não cederem, vão assumir sozinhos o risco do confronto com o Governo federal" — disse César Maia.

Veto

Para o deputado fluminense, o presidente José Sarney pode vetar as condições facilitadas para a rolagem da dívida dos Estados e Municípios e exigir o pagamento de 25% de todos os encargos, no próximo ano, inclusive com o bloqueio das transferências de recursos tributários da União. Caso isso aconteça, segundo César Maia, aí sim, os governadores ficarão à mercê do Governo federal, com pires na mão na porta do Palácio do Planalto.

Sem a solução da dívida dos Estados, a Comissão Mista de Orçamento não tem como finalizar os trabalhos para encaminhar o seu projeto de Orçamento da União para 1989. Por isso, Cid Carvalho reclamava ontem que a Comissão Mista de Orçamento não devia ser o juiz para a dívida dos Estados com a União e que acabou vítima de "equivoco" do Governo federal.